

Boletim de Estudos Clássicos

Associação Portuguesa de Estudos Clássicos
Instituto de Estudos Clássicos



Coimbra
Junho de 2011

ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

- A ARTE DE BEM ESCREVER AO LONGO DOS SÉCULOS

É já a partir de Setembro que o sistema educativo português será confrontado, obrigatoriamente em toda a sua extensão, com a nova norma ortográfica, decorrente do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP)¹. Esta norma, sublinhe-se, abrange apenas a ortografia. Léxico, morfologia, sintaxe, fonética e fonologia não sofrem quaisquer alterações.

O Acordo, assinado em Lisboa em 1990, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, de 23 de Agosto, não é o primeiro sobre a ortografia do português ou a primeira convenção ortográfica da língua portuguesa.

As alterações introduzidas por esta reforma simplificam e sistematizam vários aspectos da ortografia e eliminam algumas excepções a fim de se conseguir maior harmonização neste domínio. O grande desígnio da reforma é promover a unidade ortográfica do português para que esta língua possa alcançar maior visibilidade no contexto internacional. Graças a este normativo, pela primeira vez, a ortografia portuguesa passa a reger-se por um único documento, de nível internacional, que aglutina todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Resolução n.º 375/2010 do Conselho de Ministros refere que este instrumento, adoptado pelos oito países da CPLP, visa fomentar a expansão e afirmação da Língua, através da consolidação do seu papel como meio de comunicação e difusão do conhecimento, como suporte de discurso científico, como expressão literária, cultural e artística, além de estreitar laços culturais entre estas nações.

A harmonização ortográfica é considerada um instrumento fundamental para dar resposta aos cerca de 250 milhões de falantes, presentes em comunidades portuguesas no estrangeiro, nos países de língua oficial

¹ O Acordo Ortográfico já se encontra em vigor na ordem jurídica interna desde 13 de Maio de 2009. A fim de salvaguardar uma adaptação e aplicação progressivas dos termos do documento, existe um prazo transitório de seis anos para a implementação da nova norma ortográfica.

portuguesa ou, ainda, integrados no crescente número de pessoas que procuram a Língua Portuguesa pelas mais diversas razões.

Apesar de este ser um conjunto de positivas intenções, em termos de política global da língua, há uma particular mais-valia que, seguramente, a nova norma vai trazer à ortografia do Português: a contemplação da palavra. Com o Acordo Ortográfico vamos, certamente, olhá-la e observá-la mais atentamente, ou seja, contemplá-la na verdadeira acepção do vocábulo.

Infelizmente, vivemos numa época que desrespeita não só a essência substantiva das palavras como também a sua matriz formal. Passaremos da fase da profanação vocabular – a cacografia campeia um pouco por todo o lado – para uma fase de sacralização, pelo menos enquanto a novidade não regularizar. E isto levará à consciencialização do défice ortográfico da sociedade portuguesa. E com um redobrado cuidado ortográfico, a nossa língua alcançará uma nova etapa no seu secular itinerário de crescimento.

Não é frequente, a propósito da reforma ortográfica, ouvirmos dizer que algumas palavras parecem mutiladas? Que outras ficam feias? Que outras ainda ficam desfiguradas? São já sinais da contemplação. Positivos sinais!

A correcta compreensão do presente requer pausada contemplação do passado. Nesse sentido, se olharmos para trás, veremos que a ‘normalização’ ortográfica faz parte da tradição da língua portuguesa: não é, portanto, uma problemática que se coloca apenas hoje, como alguns oponentes do Acordo Ortográfico dão a entender. A língua portuguesa tem revelado ao longo dos tempos – ou não fosse uma língua viva - um rumo de contínua perfectibilidade em busca de maturidade ortográfica, sempre desejada mas nunca plenamente alcançada, que urge conhecer para correctamente a compreender.

A *Orthographia da lingoa portuguesa*², de 1576, da autoria de Duarte Nunes de Leão, é um dos primeiros documentos a problematizar esta questão. Este pioneiro da ortografia cedo percebeu o quão importante era a arte de bem escrever para a eficácia comunicativa. Se há quase quinhentos anos o mundo de reduzidas fronteiras



² *Orthographia da lingoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem; Item hum tractado dos pontos das clausulas* / pelo licenciado Duarte Nunez do Lião. - Em Lisboa: per Ião de Barreira, 1576. - [4], 78 f. ; 4º (20 cm) <http://purl.pt/15>.

comunicativas carecia da arte de bem escrever, que dizer dos tempos actuais de globalização comunicativa em que se escreve muito e se compreende tão pouco?

Este jurista, linguista e historiador português, de origem judaica, pedra angular da ortografia portuguesa, logo no início da sua obra, aponta o âmbito da ortografia: *he ciência de bem screuer qualquer lingoagem: porque per ella sabemos com que letras se hão de screuer as palavras. E diz se de orthos, que quer dizer direito, e grapho, screuo, como se dixersemos sciencia de diretamente screuer.*³

Na *Orthographia da lingoa portuguesa*, Duarte Nunes de Leão fala com acuidade, entre outros aspectos, das letras, da sua divisão e natureza; das afinidades que algumas letras têm entre si; dos ditongos; das sílabas e dicções; das letras com que as sílabas podem acabar; dos acentos e quando os devemos usar; dos artigos e como se devem escrever; dos apóstrofes; das abreviaturas, etc.

Apresenta também 20 regras gerais da ortografia da língua portuguesa. Na primeira, por exemplo, diz que *hemos de screuer como pronunciamos e hemos de pronunciar como screuemos*. Isto, porém, exige – e lembra-o na regra 20 – que *trabalhemos sempre por investigar a orige dos vocábulos. Porq pela etymologia delles se sabe a orthographia e pela boa orthographia a etymologia. E este he a fonte e raiz de fallarmos e screuermos bem e propriamente ou mal.*⁴



Quase um século depois, em 1671, aparece mais uma *Ortografia da Língua Portuguesa*⁵, esta da autoria de João Franco Barreto que verificava que *em cada nação, e em cada língua há uns que falam melhor que outros, parece que acerca do vulgo, gente popular, plebeu, há uma linguagem, acerca dos nobres, cortesãos, pessoas de juízo, letras, outras, porque aqueles falando não há observância alguma das regras da gramática, nem advertência de*

³ http://purl.pt/15/3/res-277-2-v_PDF/res-277-2-v_PDF_24-C-R0072/res-277-2-v_0000_rosto78v_t24-C-R0072.pdf

⁴ Idem.

⁵ *Ortografia da Língua Portuguesa* / per Joam Franco Barreto. - Em Lisboa: na Officina de Ioam da Costa, 1671. - III, 279, [9] p.; 20 cm. <http://purl.pt/18>.

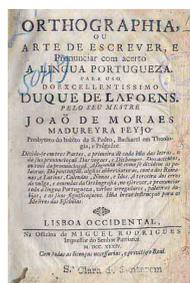
*acento e, pronúncia nas palavras*⁶.

Depois de numa primeira parte discorrer sobre a ortografia e o uso da língua latina em Portugal, num segundo momento, Franco Barreto disserta pormenorizadamente sobre o nome; verbo; preposições, advérbios; conjunções; interjeições; artigos; divisão das letras; pronúncia e valor das vogais; ditongos; aspiração das consoantes; sílabas e dicções; acentuação; pontuação, entre outros aspectos, terminando com *Advertencias em ordem a emmendar & melhorar as palavras, que a inorancia do vulgo tem corrutas*.

O que é a ortografia para este polifacetado escritor lisboeta seiscentista? Eis a resposta: *é a arte de bem escrever qualquer linguagem, isto é, de escrever as palavras e as vozes com as letras devidas e somente necessárias, sem uma por outra, nem alguma a mais ou a menos; porque assim como num corpo não estará bem uma perna de leão ou uma cabeça de cavalo, assim numa palavra não estará bem que se metam outras letras senão aquelas que diretamente lhe convém para a sua significação. Uma letra a mais ou a menos mudará muitas vezes o sentido*⁷.

Não deixa de ser curioso que algumas das preocupações da *Ortografia da Lingua Portugueza*, tanto de Duarte Nunes de Leão como de João Franco Barreto, *mutatis mutandis*, persistem no actual Acordo Ortográfico, embora com uma dimensão espacial diferente. Franco Barreto, por exemplo, pretendia a afirmação autónoma da língua portuguesa, depois dos vários anos de domínio filipino. O Acordo de 1990 pretende uma unificação padronizada da ortografia da língua portuguesa no contexto linguístico internacional. Se naquele tempo *ser país implicava ter língua*, hoje solitariamente não se atinge a universalidade linguística.

Anos mais tarde, em 1734, João de Moraes Madureira Feijó, para quem a ortografia era *aquella Arte que ensina a escrever com acerto nas letras de que se compõem as diccoes*, publica a *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens*, dividida em três partes: a primeira, *com toda a clareza e extensão necessária*, num total de oito regras e 26 lições, intitulase *Que cousa he orthografia, como se divide e com que*



⁶ <http://purl.pt/18/3/l-323-v> PDF/l-323-v PDF 24-C-R0072/l-323-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf

⁷ Idem.

*letras se hao de escrever as Palvras; a segunda trata da Divisão das Palavras e Pontuação e a terceira, a mais extensa, enumera Erros do vulgo e emendas da Orthografia no Escrever e Pronunciar. Termina com uma Breve instrucçam para os mestres das Escolas de Lêr, e Escrever*⁸.

A leitura deste itinerário ortográfico oferece-nos, curiosamente, a resposta a uma questão muito actual, a propósito do presente Acordo Ortográfico: *devemos imitar na ortografia das letras a pronúncia das palavras?*

*Todos dizem – responde Madureira Feijó – que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar para assim escrevermos. Quem não sabe que toda a causa de inumeráveis erros na Orthografia é a multidão de erros que andam introduzidos na pronuniação? E eu dissera que mais fácil é escrever com acerto do que pronunciar sem erros, porque na Orthografia poderíamos imitar os melhores autores que escreveram na nossa língua; porque vemos como eles escreviam: mas na pronuniação não os podemos imitar, porque não sabemos como eles pronunciavam. Esta queixa já os antigos Gramáticos a faziam no seu tempo. Diziam que tinham as orações de Cícero para aprenderem a compor e escrever como ele, mas que não tiveram a fortuna de o ouvirem orar para saberem como ele pronunciava a língua latina*⁹.

À preocupação em fixar a língua portuguesa de João Franco Barreto, Madureira Feijó junta agora a vertente pedagógica e metodológica. Este Jesuíta considerava as escolas como *o primeiro berço onde se criam inumeráveis erros tanto no pronunciar como no escrever, porque não só escrevem por papéis que sendo na Letra uma admiração da vista, pela galhardia do rasgo, são na ortografia uma torpeza da pronuniação pela fealdade dos erros; mas também aprendem a ler por cartas, em que muitas vezes mais são os erros que as palavras e, como se habituam nelas, ainda que estudem Latim, sempre os usam por costume.*

Para se evitar este dano, seria justo que nas Escolas se ensinasse a escrever por documentos impressos, que já hoje se vendem nas impressas;

⁸ *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / João de Moraes Madureyra Feyjo.* - Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues, 1734. - 553, [3] p. ; 20 cm. <http://purl.pt/13>

⁹ <http://purl.pt/13/3/l-5049-a> PDF/l-5049-a PDF 24-C-R0072/l-5049-a_0000_rosto-556_t24-C R0072. pdf

ou que os Mestres os fizessem e mostrassem a pessoas doutas para examinar a sua ortografia. Também seria conveniente que os Mestres fizessem as cartas para os discípulos aprenderem a ler ou ao menos não os deixassem ler as cartas sem primeiro as reverem para lhes emendarem as letras que estiverem erradas¹⁰.



O percurso ortográfico através dos séculos ficaria incompleto se, na centúria de oitocentos, se não mencionasse o nome de António Feliciano de Castilho e o *Método Castilho para o ensino rápido e aprasível do Ler impresso, manuscrito e numeração e do Escrever*¹¹. Publicado em 1853, para infelicidade do autor, o *Método* nunca mereceu adopção generalizada nas escolas públicas, porque os pedagogos de então, não obstante Castilho fazer parte do Conselho Superior de Instrução Pública, duvidavam da eficácia metodológica do livro. Melhor aceitação mereceu,

poucos anos depois, a *Cartilha Maternal*, de João de Deus, instituída como método nacional de aprendizagem da escrita da língua portuguesa.

Relativamente à ortografia, Feliciano de Castilho dizia que *a palavra falada era a primeira e mais natural expressão da ideia; só depois vinha a palavra escrita*. Advogava que entre a palavra falada e a palavra escrita *deveria haver a mais perfeita e minuciosa correspondência; a palavra escrita deveria ser, por isso, um retrato, um espelho, um daguerreótipo da palavra falada*. *Quem ouvisse um vocábulo, deveria saber logo escrevê-lo; quem o visse, deveria saber logo proferi-lo*¹².

A inexistência de uma ortografia uniforme e científica levou Gonçalves Viana e Vasconcelos de Abreu, nos finais do século XIX, a redigirem os “princípios gerais de reforma ortográfica”¹³. De facto, naquela altura

¹⁰ Idem.

¹¹ *Método Castilho para o ensino rápido e aprasível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*. - 2. ed. inteiramente refundida, aumentada, e ornada de um grande numero de vinhetas. - Lisboa: Impr. Nacional, 1853. - LIX, 319 p. : il. ; 16 cm

¹² http://purl.pt/185/2/sc-28857-p_PDF/sc-28857-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹³ VIANA, A.R. Gonçalves e ABREU, G. de Vasconcellos – *Bases de Ortografia Portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1885.

proliferava a divergência ortográfica a nível “da redacção” e entre os “estabelecimentos tipográficos”: os escritores tinham as suas ortografias próprias, à semelhança das empresas tipográficas, particulares ou estatais. A “adopção de ortografia portuguesa e rejeição absoluta de toda ortografia individual, seja quem for seu autor”¹⁴ tornou-se um imperativo nacional.

Nas *Bases da Ortografia Portuguesa* aqueles estudiosos - que defendem que a ortografia não pode representar “a pronuniação”, mas “a enuniação” pelo facto de ser “sempre comum ao povo, à nação que fala uma só língua como seu idioma próprio e exclusivo” - apresentam os “*princípios gerais de toda a ortografia*” e os “*princípios particulares da ortografia da língua portuguesa*”¹⁵.

No decurso do século XX, a ortografia alarga os horizontes: passa-se de uma “ortografia individual” para uma ortografia *inter nationes*. Durante este século, não obstante os acordos e desacordos ortográficos, Portugal e Brasil procuraram consensos, mormente em publicações oficiais e no ensino. No entanto, a dinâmica linguística brasileira e o afastamento geográfico entre os dois países fizeram com que nas terras de Vera Cruz a expressão escrita se aproximasse mais da expressão oral. Além disso, algumas decisões unilaterais, quer de um, quer de outro país, também acentuaram diferenças que o presente acordo procura atenuar.

A situação, porém, não se podia perpetuar no tempo, pelo facto de a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, não favorecer a unidade intercontinental do Português nem contribuir para o seu prestígio no Mundo. Mais do que o passado, interessava, sobretudo, preservar o futuro, pois com a emergência dos novos países lusófonos, os factores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa sentir-se-ão com mais acuidade. Este Acordo é, por isso, um documento de unificação ortográfica que estabelece e delimita as diferenças actualmente existentes entre os países de expressão oficial portuguesa.

Este normativo unifica ortograficamente cerca de 98 por cento do vocabulário geral da língua portuguesa. As principais alterações, no que respeita ao conteúdo, afectam principalmente as consoantes mudas ou não articuladas, a acentuação gráfica (especialmente as palavras proparoxítonas) e a hifenização. A supressão gráfica de algumas consoantes fica a dever-se ao facto de o critério fonético (ou da pronúncia) se sobrepor ao critério

¹⁴ Idem, pág. 3.

¹⁵ Idem, pág. 5.

etimológico; as grafias duplas e a dupla acentuação gráfica em alguns vocábulos são também uma consequência da fonética.

O Acordo Ortográfico, em termos lexicográficos, deixa ainda um excelente legado que não pode ser secundarizado: o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), nascido oficialmente a 25 de Janeiro de 2011. Com 210 mil lemas e 1,5 milhões de formas flexionadas, fornece informação sobre as características do léxico português, tanto a nível ortográfico e flexional, como derivacional e sintáctico. Apesar de ter sido construído com base no léxico do Português Europeu, apresenta palavras de todas as variedades: do Brasil, de Moçambique, de Angola, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Macau e de Timor-Leste, etiquetadas de acordo com a sua proveniência e restrições ortográficas de uso. Além disto, tem outra mais-valia: é ubíquo e gratuito. Onde quer que estejamos, mediante uma conexão à Internet, poderemos consultá-lo.

Depois do muito que se disse e escreveu – verdades e falsidades – sobre o novo (que já é velho) Acordo Ortográfico, o que agora verdadeiramente interessa é implementá-lo com rigor, competência e profissionalismo.

CRISTÓVÃO PEREIRA